

O ESPAÇO RURAL E A GLOBALIZAÇÃO: IMPRESSÕES SOBRE O CASO FRANCÊS¹

João Carlos Tedesco²

SINOPSE

No texto, busca-se refletir sobre a reorganização econômico-social da agricultura na França. O que se quer é registrar processos, políticas, redefinições, perspectivas que envolvem o setor agrícola francês, inserido no âmbito da CEE e, especificamente, o lugar da agricultura familiar nesse processo.

Palavras-chave: produtivismo, CEE, neoliberalismo, família.

1 INTRODUÇÃO

O fato de a agricultura, na sua forma mais genérica, estar nas manchetes da grande imprensa e nos primeiros lugares nas pautas dos encontros dos grandes países, não ocorre por estarem os camponeses constantemente fazendo manifestações (essas também expressões de uma situação crítica que eles vivenciam), mas, sim, porque a realidade atual apresenta profundas transformações, as quais repercutem no âmbito do espaço rural.

Acreditamos que o *mundo agrícola* nunca se apresentou tão sensível às deficiências, incertezas, evoluções e redefinições da sociedade em geral, o que não

¹ Estivemos em Paris realizando estudos sobre sociologia clássica e metodologias de pesquisa em ciências sociais e fazendo levantamentos bibliográficos na Universidade de Paris, de outubro de 1996 a fevereiro de 1997. Não tínhamos a preocupação, naquela ocasião, de analisar questões específicas referentes à agricultura francesa; no entanto, como essa temática nos interessa pessoalmente e era enfocada constantemente pelos jornais e redes de televisão, principalmente nos aspectos socioculturais do campesinato francês, bem como em suas manifestações, quase que regulares, de protesto em relação às políticas públicas para o setor e às deliberações da CEE, levantamos algumas informações e sistematizamos algumas impressões acerca dessa preocupante questão.

² Professor da FEA/UPF, doutorando em Sociologia na Unicamp.

permite mais que seja analisado como um setor separado e independente do restante da sociedade.

O fenômeno da globalização e da neoliberalização, intensificado nas últimas duas décadas, é o carro-chefe das transformações por que passa a sociedade em geral e o meio rural europeu, especificamente. Por mais que os setores permaneçam com suas especificidades, bem como as esferas do social, do político, do econômico e do técnico, fenômenos mais amplos induzem interpenetrações em suas relações múltiplas, definindo, construindo e rompendo espaços até então aparentemente cristalizados.

A orientação da Política Agrícola Comum (PAC), para o caso europeu, está levando os Parlamentos e os chefes de Estados a refletirem e a tomarem decisões num quadro mais amplo; assim também os camponeses, que, individual ou coletivamente, manifestam seu descontentamento e se interrogam sobre o futuro de seu *ofício*, de sua função e de seu lugar na sociedade.

Os objetivos que nortearam a funcionalidade do setor agrícola do pós-guerra praticamente se esgotaram. Para o caso europeu, e especificamente para o francês, as necessidades alimentares nacionais estão satisfeitas e a produção agrícola é excedente. O que fazer, então, com o setor? O sistema econômico como um todo está em intenso reordenamento. Desse modo, qual é o lugar dos agricultores no interior desse processo em transformação? Poderá o setor funcionar sob o regime de mercado?

Muitas questões estão em evidência, problematizando o setor e as análises teóricas. Não são só questões ligadas ao problema da segurança alimentar, das trocas exteriores, da retirada do Estado, mas também as relacionadas ao espaço, à cultura camponesa, à questão das mediações, pressões e dificuldades, dentre outras.

Com o objetivo de perceber algumas transformações em curso, localizaremos alguns tópicos da vinculação conjuntura-estrutura, buscando mostrar a sensibilidade do espaço agrário às novas diretrizes em ação.

A análise não vai além de alguns tópicos genéricos em meio à complexa problemática que envolve o meio rural europeu e, particularmente, o francês. A preocupação maior gira em torno de aspectos de ordem sociocultural, porém não se perde de vista a dinâmica estrutural que o modelo econômico em implementação apresenta.

É uma primeira análise, que contém informações um tanto desconectadas e largamente superficiais, as quais servirão de base para análises subseqüentes em outros momentos, quando faremos comparações com o processo em evidência na região Norte do estado do Rio Grande do Sul. Inúmeras situações do caso francês

recente assemelham-se a aspectos da agricultura regional, ressaltando-se, é evidente, as especificidades e as políticas estatais que a normatizam.

Processos, mecanismos, estratégias, diretrizes e perspectivas, no entanto, têm lugar comum, o que, de certa forma, poderá ajudar a entender o modelo que está se implementando em algumas regiões no espaço agrário brasileiro, principalmente no Centro-Sul, bem como suas tendências.

Temos a pretensão aqui de simplesmente refletir em torno de algumas questões, fruto de leituras preliminares e aleatórias, de informações de jornais franceses e de visitas que fizemos a alguns *villages* no entorno parisiense.

Para tanto, primeiramente, enfocaremos alguns processos e mecanismos que se apresentam no espaço rural e nas organizações supra-estatais voltadas ao setor agrícola, com o objetivo de perceber, em linhas gerais, as trajetórias por que passa o espaço rural, suas rupturas, permanências e conseqüências. Num segundo momento, priorizaremos aspectos ligados ao âmbito sociocultural na análise sobre a família, e especificamente a mulher, no conjunto das redefinições pelas quais o setor passa. O enfoque específico da família justifica-se pelo fato de a agricultura francesa ser, na quase totalidade, familiar, o que, de certa forma, tem grande identificação com determinados espaços da região Norte do Rio Grande do Sul. A compreensão de aspectos em processo na França poderá nos auxiliar na reflexão sobre a nossa realidade regional.

2 ASPECTOS RECENTES DA AGRICULTURA NA FRANÇA: RUPTURAS, INDEFINIÇÕES E DIFICULDADES

Sabe-se que a agricultura européia, e no caso específico, a francesa, foi revolucionada pela técnica, que foi promotora da modernidade das formas e relações de produção e de vida em geral do meio rural (principalmente entre a Segunda Guerra Mundial e o início da década de 1980). Essa tentativa de padronização fundou-se na utilização do material genético aprimorado, na motorização e mecanização, nas formas, meios e tipos de produção, na quimificação, dentre outros (Bonny, 1994).

Malgrado a relatividade ainda existente, não há dúvidas de que houve, nas últimas décadas, uma revolução sistemática no sentido de se estandardizarem os produtos, a ordem organizacional e econômica, as trocas setoriais, seja por razões técnicas, econômicas, ideológicas (progresso e modelo produtivista ensejado), estatais, que culminaram no seio de uma racionalidade produtivista a qual objetivava reduzir (senão acabar) o caráter artesanal e local da produção agrícola.

Desde 1968, a Comunidade Econômica Européia (CEE) explicita claramente as transformações pelas quais o meio rural deve passar: excluir as unidades econômicas não competitivas³; elevar o tamanho médio das unidades (80 e 120 ha); aumentar em torno de 7% ao ano sua produtividade; imprimir *políticas de estruturas* objetivadoras da modernização técnica, da racionalidade econômica e formação técnica; promover o êxodo rural e agrícola⁴ dos menos eficientes, a disciplina técnica dos produtores e a concentração da oferta (*Chapuis*, 1986).

Paradoxalmente, a lógica produtivista, com seus excedentes, transforma-se em custos sociais na forma de subsídios à renda dos agricultores (*Abramovay*, 1992). Ao que parece, o próprio modelo transformou-se numa armadilha.

Os ganhos de produtividade foram aparecendo, porém o poder aquisitivo da população não os acompanhou; a produção aumentava muito mais do que o consumo (aqui o malthusianismo pecou!). O abastecimento garantido, as baixas possibilidades de exportação ou num patamar inferior ao volume da produção, o índice crescente da produtividade e a pressão dos estoques sobre os ganhos dos produtores (*Abramovay*, 1992) fizeram com que se generalizasse uma crise de superprodução, principalmente para o caso francês.

Caberia ao Estado administrar, organizar e patrocinar o êxodo agrícola e rural, o problema do subemprego da mão-de-obra no campo, as políticas e diretrizes correspondentes às necessidades do país, às exigências técnicas, às indenizações aos que resolvessem abandonar ou congelar as terras, à homogeneidade das rendas no setor, como tentativa de determinar *institucionalmente* o nível de renda dos agricultores⁵. Essas e outras medidas dão o caráter das políticas de estruturas implementadas na CEE (principalmente na França) sob o comando do Estado.

Nos últimos dez anos, as condições de desenvolvimento se alteraram profundamente. A evolução das *condições de mercado* no âmbito da Comunidade, as medidas de restrições de crédito, os ganhos de produtividade e a inelasticidade do consumo alimentar, a internacionalização de mercados, etc. modificaram as condições de concorrência e o jogo de interesses em evidência até então (*Delord e Lacombe*, 1996).

³ Em 1968, após dez anos do Acordo de Roma, 4,5 milhões de trabalhadores ativos deixaram o campo (conforme o Relatório Mansholt de 1980, que dá um panorama geral sobre o movimento socioeconômico da Europa como um todo).

⁴ *Êxodo agrícola e rural* não podem ser confundidos: o primeiro diz respeito à retirada das atividades agrícolas; o segundo funda-se na saída da população do campo. Recentemente, na França, a população ligada às atividades agrícolas já não tem mais tanto peso numérico; as atividades de turismo, artesanato e lazer vão ganhando preponderância.

⁵ Tarefa, acreditamos nós, quase que impossível devido às diferenciações entre agricultores, solos, níveis de produtividade, etc.; alguns, inevitavelmente, sairiam ganhando mais pela renda diferencial.

Não obstante isso, não existe outro setor econômico da sociedade que tenha sido tão planejado, orientado e dependente do Estado quanto o agrícola. A organização dos mercados e o papel crucial do Estado⁶, principalmente para o caso da França, nos ajudam a entender o porquê da suplantação recente dos *atributos camponeses* em meio aos processos de produção. A agricultura individual parece se sobrepor em relação à familiar, não significando, porém, que predomine o trabalho assalariado (Tracy, 1986). A tendência, ao que nos parece, é reduzir ao máximo possível a população no campo, ou seja, produzir mais com menos gente.

Questionado por uma elite de agricultores tecnicamente bem preparados, por uma grande parte de agricultores que não atingiram o nível de modernização exigido, por uma sociedade que quer ver retornar *valores do meio rural*, que quer produtos diversificados, o meio ambiente preservado, etc., esse modelo, agora, vê no Estado um *mau gestor*. O caminho do desenvolvimento hoje, pelo menos em grande parte, é atribuído às políticas neoliberais.

Inúmeros autores não se intimidam em analisar o período que vai do pós-guerra até metade da década de 1980 como sendo uma segunda revolução francesa (Sebillotte, 1996), revolução essa *silenciosa*, porém encravada em contradições amplas de ordem histórico-cultural e econômica, refletidas na divisão do trabalho no mundo natural (a técnica exige que o homem o transforme), no mundo social (mudando a natureza, muda-se também a vida social), no saber e na sua transmissão.

O processo de desenvolvimento agrícola no quadro francês, e também europeu, está literalmente *mis en cause*. Após a década de 1950, a modernização da agricultura possibilitou um grande aumento no volume da produção, satisfazendo a demanda efetiva interior e exterior, uma baixa dos preços favoráveis aos setores de aval (compreendendo aqui também os consumidores), uma melhoria nos rendimentos dos agricultores, que se capitalizaram e transferiram mão-de-obra à expansão de outros setores. Esses mecanismos e processos deram condições para que os agricultores melhorassem sua situação econômica, reafirmando seu projeto de agricultura familiar e de responder ao chamado mais imediato da sociedade: alimento a um custo moderado. Os agricultores das explorações que não podiam se inserir nesse modelo eram *induzidos* ou para a aposentadoria, ou para uma mobilidade em direção a outros setores. As leis agrícolas de 1960 e que vigoraram até a metade da década de 1980 oficializaram essa política (Delord e Lacombe, 1996).

⁶ Mais recentemente, delinea-se, com a ideologia neoliberal, a figura do Estado não mais como financiador ou promotor da produtividade e, sim, como agente alocador de fatores econômicos que maximizem a funcionalidade do setor (seja pela via tecnológica, seja pela evolução das estruturas fundiárias ou pela organização dos espaços mercantis).

2.1 A Política Agrícola Comum (PAC)

A partir do final da década de 1980, redefinições se processaram no âmbito da agricultura francesa. O motor de desenvolvimento agrícola fundado no crescimento da produção absorvida pela demanda, na reabsorção da mão-de-obra excedente no meio rural por outros setores da economia, na sustentação pública em termos de preços, investimentos e comercialização, dentre outros, passou por um abalo contínuo.

Em períodos mais recentes (1992), com a estruturação da PAC sob o modelo declaradamente neoliberal, a agricultura francesa redefine-se, mantendo o modelo produtivista, porém *flexibilizado*, oscilando, paradoxalmente, entre a estandarização e a diversificação. Fala-se muito que a agricultura deverá ser pluri e multifuncional, imaginativa; as evoluções tecnológicas recentes em direção às biotecnologias, às tecnologias de informação, às novas diretrizes da demanda (novos hábitos alimentares), à qualidade e não somente à quantidade, à gestão do espaço e do território, às tecnologias socialmente aceitas, às regulamentações internacionais (problemas ambientais, nível de produtividade, superprodução, intercâmbio e taxas comerciais entre os países-membros...) expressam o amplo quadro econômico em que as discussões se apresentam.

As formas de produção não obedecem mais ao projeto de exploração familiar modernizada; os pluriativos e os biprofissionais se generalizam; os agricultores integram-se a setores que se ajustam a suas necessidades⁷. Esses elementos, no seu conjunto, dão idéia de uma redefinição em curso do paradigma produtivista, o que demonstra o quanto o setor é um espaço imbricado nas grandes transformações (evolução, involuções, com suas contradições inerentes) que perpassam a sociedade em geral (Delord e Lacombe, 1996).

2.2 O Liberalismo Orientando o Setor Agrícola Francês

Inseridas nesse quadro, principalmente no pós-final da década de 1980 e intensificadas pós-1992 com a criação da PAC, novas diretrizes estão se delineando dentro de um quadro de grandes pressões e conflitos, tendo em vista as situações nacionais onde, em grande parte, os rendimentos agrícolas estão em baixa

⁷ Grande parte dos produtores familiares, fruto da onda modernizante das décadas de 1960 e 1970, tomam hoje sua aposentadoria, deixando lugar a outros que não têm as mesmas ambições. Para muitos atuais agricultores, as interrogações sobre seu papel, a aposentadoria como experiência cotidiana, o fato de serem um custo para a coletividade, etc. são motivos de ansiedade, incompreensão, por vezes, de desespero (Delord e Lacombe, 1996).

(financiamentos reduzidos), a população rural está também reduzida e os sistemas de trocas multilaterais se apresentam de forma profundamente desigual.

Nessa conjuntura, as principais disposições que podemos aqui elencar prevêem reduções significativas nos preços subvencionados, com controle rígido sobre o produto ofertado, medidas agroambientais, redução dos preços dos produtos agrícolas, uso racional dos fatores de produção. Tais medidas estão mescladas a questões que preocupam e incitam discussões em torno da ideologia liberal (poderá esta sustentar-se no meio rural e no mundo das trocas econômicas?), da questão do desemprego, da sensibilidade ecológica, dos baixos rendimentos dos médios e pequenos quadros econômicos de ambos os setores, da economia informal no setor, dos efeitos nefastos do uso desmedido e irracional da tecnologia (lembramos do problema da *vaca louca*), do jogo do comércio competitivo internacional, da questão da segurança alimentar, da pobreza rural e urbana, da multiplicação dos atores coletivos, dos grupos de interesses setoriais, de comunidades, de blocos, de grandes empresas.

Não podemos esquecer as novas dinâmicas do setor industrial com a globalização e a neoliberalização que a sustentam, a passagem de um processo produtivo que tende a ser mais horizontal que vertical, agrupamentos de empresas, relações interindustriais que repousam sobre a difusão de técnicas genéricas para setores diferentes, rupturas com economias de escalas, novos métodos de gestão e de produção (*Sebillotte*, 1996).

A expressão disso para o meio rural está no desenvolvimento dos complexos interligados (*filière*) agroindustriais e da própria racionalidade produtiva interligada a fatores ambientais, aos hábitos alimentares, às vocações regionais, às lógicas territoriais e dinâmicas sociais.

A tendência à globalização e à horizontalização não transfere segurança e, muito menos, ameniza as incertezas no meio rural, principalmente para o caso francês. Inúmeros movimentos de agricultores, expressos em manifestações de bloqueio de estradas, de não-colheita de produtos, de *invasões* de prédios públicos ligados à agricultura, de pressões junto às representações políticas, fazem-se presentes (o caso da presença de um rebanho de quase cem vacas em torno da Torre Eiffel, por vários dias, é expressivo da ousadia e do nível das pressões). Essas manifestações expressam a vulnerabilidade de um setor que se globaliza, que se *desestatiza* e que, ao mesmo tempo, por suas especificidades culturais, naturais, sociais e econômicas (seja pela sua produção aleatória, pela sua flutuação de preços, pela impossibilidade de expansão devido a fatores geográficos), conserva sua própria problematicidade.

As pressões e dificuldades se dão, ao mesmo tempo, sob a ordem econômica e demográfica. O equilíbrio entre a oferta e a demanda (o que está implicando uma *verité* dos preços), o mercado como principal instância reguladora da economia, a

evolução das relações internacionais, o surgimento de unidades de exploração agrícola com responsabilidade limitada (EARL), novos direitos (como o direito a produzir e/ou obrigações de não produzir) e gestões coletivas dos solos são manifestações de pressões, dificuldades e alternativas evidenciadas.

Outras estratégias se fundamentam, basicamente, na tentativa da redução do preço mínimo, objetivando atingir o nível mínimo do preço mundial. Ora, sabe-se que nem todos os produtores têm as mesmas condições, nem todos os países-membros conseguem maximizar os fatores de produção; os níveis de produtividade são imensamente diferenciados entre produtos, produtores e regiões. Logo, o preço baixo incita à produção menor. Fazem-se presentes as chamadas *ajudas compensatórias* com o intuito de cobrir as perdas com as reduções dos preços, entretanto essas não serão eternas e, além do mais, são específicas a determinados produtos. As ajudas compensatórias hoje se apresentam também no *congelamento* de parte da superfície para grandes culturas. O agricultor pode escolher entre deixar sem produzir 20% das terras, sem obrigação de rotação ou de deslocamento da produção, ou congelar em rotação durante seis anos 15% das terras (*Sebillotte*, 1996).

Esse processo seria acompanhado de um intenso melhoramento das técnicas agrícolas, resultando numa tendência ao crescimento da produtividade das terras e da mão-de-obra agrícola. Além da redução do preço, o que se quer é que as mudanças no sistema possam permitir que ele evolua em função das condições do mercado, de preferência em níveis baixíssimos, como os dos países onde o valor da força de trabalho é baixo e as condições naturais são favoráveis a determinados produtos.

No tocante ao controle da oferta (via congelamento de parte das terras), o nível da produção passa não por um processo concorrencial, mas por um ato administrativo. Conseqüentemente, abrem-se espaços para os grandes grupos de pressão (agroindústrias, representações políticas dos agricultores mais poderosos...) na decisão de alocação de recursos, etc. A grande crítica de setores empresariais localizados no espaço urbano a essa medida é que a redução de parte da produção agrícola, e/ou financiamento ao congelamento de parte das terras, abala toda a economia e transfere um peso em demasia dos outros setores relacionados à agricultura (*Courtet*, 1996). Contudo, o preço baixo da produção encoraja o consumo; por conseqüência, o setor urbano e a indústria não estariam tão penalizados assim (lembre-se o nosso caso desde o Plano Real!).

No fundo, essa supressão do direito a cultivar visa selecionar os agricultores mais bem aparelhados e encorajar muitos deles a não mais manterem a atividade, pois, além de a indenização ser insuficiente, é proporcional à importância da exploração econômica da unidade produtiva. Não podemos aqui deixar de mencionar que a PAC, nas suas deliberações, contempla uma espécie de antecipação de

aposentadoria aos agricultores com mais de 55 anos para que, assim, sejam liberadas as terras a outros agricultores jovens e/ou mais bem aparelhados. É bom, no entanto, lembrar que, em 1995, 30% do total das explorações deviam-se a pessoas com idade acima de cinquenta anos, das quais 22% tinham mulheres como chefes da atividade (Rattin, 1996).

Do conjunto total de medidas, reformula-se uma reorientação dentro do próprio modelo produtivista, o qual, contudo, está voltado à proteção ambiental, à diversificação, às culturas biológicas e biotecnológicas. Ademais, as decisões políticas que as fundamentam aparecem como fruto de condições entre ambições da CEE, seu mercado único, a liberalização para penetrar nos mercados internacionais e, ao que nos parece, o recurso crescente ao liberalismo aparecem como resposta aos defeitos e às escolhas que deveriam ter sido feitas.

3 ALGUNS INDICADORES DA SITUAÇÃO ATUAL NO MEIO RURAL FRANCÊS

Os dados estatísticos e as previsões recentes não são nada animadores; a sociedade inteira questiona; o alto índice de desemprego, principalmente no setor urbano, a economia informal em ascensão (os *sans papiers*), a pressão dos produtos estrangeiros e das vantagens comparativas em favor de produtos alemães, asiáticos e americanos fazem com que o questionamento do modelo de desenvolvimento leve em conta o setor agrícola também.

Elencaremos aqui alguns dados referentes à população, à estrutura fundiária e a alguns processos sociais que envolvem a família, suas redefinições e organizações, com o intuito apenas informativo, dando uma idéia dos fatos e de seus contornos.

3.1 Redução da População e Envelhecimento

Uma das projeções feitas por analistas indica que, das 9,7 milhões de pessoas em 1990 no meio rural da Europa, restarão ao redor de 5,9 milhões no ano 2000 e 3,1 milhões em 2020. Na França, o número de explorações agrícolas caiu de dois milhões para 700 mil em quarenta anos, processo intensificado no final da década de 1980. As medidas de aposentadoria e as de reestruturação produtiva estão, numa intensidade menor, reforçando essa tendência. Em 1995, a população rural francesa representava menos de 2,4 milhões (5% da população total), contra 8 milhões em 1955, o que significa uma redução de 70% em quarenta anos; os jovens migram mais e, particularmente, as mulheres jovens.

Essa tendência vem acompanhada de uma concentração de terras. As terras liberadas pelos idosos têm contribuído para instalar os jovens, porém estão servindo também para aumentar as explorações; análises demonstram que 2% das explorações cultivam 12% da superfície.

Tabela 1 - Estrutura fundiária na França - 1955-1995

ANOS	< de 5 ha	5 a 20 ha	20 a 50 ha	50 e mais (ha)
1955	35	44	17	4
1963	29	45	20	6
1970	31	38	23	8
1979	28	33	27	12
1988	27	27	28	17
1995	27	22	24	27

Fonte: *Rattin* (1996, p.6).

Percebe-se pela tabela que o número das explorações de mais de 50 ha cresceu mais, tendo dobrado nos primeiros 15 anos, processo que se intensificou nas décadas de 1980 e 1990. Em quarenta anos, a superfície média explorada tem quase triplicado.

Malgrado a maior concentração de terras, a base de exploração das unidades permanece familiar.

Tabela 2 - Organização do trabalho na exploração agrícola francesa - 1970-1995

Anos	Total	Chefes de explorações	Conjunto da família	Outras ajudas
1970	3 512	1 588	1 052	872
1979	2 455	1 263	730	462
1988	1 870	1 017	507	346
1995	1 369	735	357	277

Fonte: Idem, tabela anterior, p. 8.

A preponderância do trabalho familiar não é exclusividade da França. Na Europa Ocidental, onde os processos econômicos de produção são os mais modernos, prepondera o trabalho familiar. Um estudo abrangendo 24 áreas daquela região, envolvendo seis mil explorações agrícolas, revela que, em 61% das unidades, o trabalho familiar corresponde a quase 80% da atividade e contribui com a maior parte do montante produzido (*Mackinnon et al.*, 1991). Isso demonstra que as unidades familiares não são apenas unidades pequenas e pulverizadas, sem expressão econômica, fruto de um passado histórico de difícil convivência ou eliminação.

Os ideólogos do modelo produtivista não acreditam mais que as transformações em direção ao progresso técnico enfrentem barreiras ou as sombras do passado camponês.

O trabalho assalariado é particularmente freqüente para os jovens, principalmente para as mulheres; em torno de 40% das esposas exercem outras atividades em tempo parcial (posteriormente veremos melhor isso). O baixo rendimento auferido com as explorações agrícolas e a manutenção da família e da produção familiar, acreditamos, explicam, pelo menos em parte, a busca de recursos no exterior.

As informações de pesquisadores atestam um aumento intenso de casamentos de jovens agricultores com não-agricultoras, assim como o celibato se acentua: um terço dos exploradores entre trinta a quarenta anos eram, em 1995, celibatários, contra 18% em 1979 (Rattin, 1996). O declínio do casamento não é compensado por uniões livres. Essa situação, ampliada pela baixa fecundidade também expressa no mundo agrícola.

Percebemos que, malgrado a redução do número de pessoas e do número de propriedades, o volume global da produção não diminuiu sensivelmente, o que caracteriza um ganho de produtividade considerável, conseqüência de técnicas novas; no entanto, a agricultura não representa mais de 4% do PNB do país (Béteille, 1994). O progresso técnico, a pesquisa visando a melhores rendimentos, o financiamento público, entre outros, levaram a uma superprodução. A crise de superprodução e as deliberações estatais para saná-la estão atribuindo funções novas a determinados espaços agrícolas, desagrarizando-os, criando uma neo-ruralização, acabando com limites entre o rural e o urbano.

Conseqüentemente, ampliaram-se as residências de cidadãos permanentes ou temporários, espaços turísticos e bucólicos são aparelhados e os espaços entre residência e local de trabalho são flexibilizados. O meio rural, pelas suas qualidades ambientais, apresenta-se também como espaço de ócio e lazer.

A desagrarização afeta o conjunto social dos espaços rurais, levando a que se evidencie um deslocamento diário ou semanal de contingentes camponeses. A pluriatividade é expressiva também disso; parte da população rural torna-se flutuante (Rugai Bastos, 1996), assim como o rural torna-se um espaço coabitado por uma população flutuante (fins de semana) e uma estacional. Lazer e trabalho, duas dimensões que se imbricam, dois processos que tematizam o novo e o velho se encontram, coexistem, trazendo inúmeros conflitos no âmbito da *identidade* dos indivíduos (camponeses), do espaço (rural/ urbano: rural urbanizado & rural: rural/não-produção...), de mobilidade (o rural como espaço que, cíclica e pendularmente, se povoa, despovoa...).

Os desequilíbrios e conflitos se acentuam ainda mais na medida em que algumas regiões se tornam mais dinâmicas que as outras. Isso cria desajustes internos, o que, ao nosso ver, expressa uma não-homogeneização dos estilos e formas de vida, assim como uma desigualdade de oportunidades entre grupos e espaços sociais. Evidenciam-se regiões de forte urbanização e outras de reduzidíssima densidade demográfica; regiões onde, inclusive, inexistência de transmissão do patrimônio devido à presença maciça de velhos e à inexistência de jovens (filhos e/ou netos)

O espaço rural francês encontra-se particularmente afetado pelo envelhecimento geral. Conforme o Censo de 1990, os homens entre 60 e 74 anos atingem 31,2 %; as mulheres dessa mesma faixa de idade representam 32,2%; homens e mulheres de 74 anos ou mais totalizam 13,5% e 22,1%, respectivamente. Os dados deixam explícita a presença maior de mulheres (55,3%) no conjunto de velhos no meio rural (Courtet, 1996).

Evidencia-se também a ausência de gerações de intermediação, o que problematiza ainda mais a reprodução social nesse espaço. O *métier* de agricultor ganha significados diferentes, e, em alguns casos, o que se espera é simplesmente a aposentadoria. Entre 1983 e 1993, 41% dos chefes de exploração na França trocaram sua atividade pela aposentadoria (Rattin, 1996).

É evidente que estamos falando aqui de espaços heterogêneos, onde a seletividade demográfica e a prosperidade se conjugam, se justapõem aos espaços de vazio socioeconômico.

3.2 Em vez do produto, o lúdico...

O *mundo rural* aparece, desse modo, como um mundo esfacelado, fragmentado, polarizado (agrário/paisagístico). Parece-nos que o modelo rural/urbano, visto como *continuum*, perde sua vitalidade enquanto modelo analítico, servindo, acreditamos, como um elemento de diagnóstico. No mesmo espaço agrário, conjugam-se fatores, ações, símbolos, expressões culturais, concepções de espaço e de tempo; nele, temporalidades se cruzam, complexificam-se.

A mudança de perspectiva econômica induzida pela PAC transformou algumas regiões da França (pequenas *villages*) em vazios agrícolas, ou seja, a natureza é trabalhada não em função da produção agrícola e, sim, de sua caracterização paisagística. A água, as árvores, as florestas, os pássaros, a grama, o ar puro, o vazio humano, os animais, etc. servem de prazer estético aos cidadãos, ao mesmo tempo que problematizam a *particularidade cultural* do rural, seus comportamen-

tos, os investimentos no espaço e a segurança do núcleo familiar como unidade de produção e de convívio.

O congelamento de parte das terras produtivas redefiniu profundamente determinadas atividades, as quais aparecem como paradoxo e ironia do desenvolvimento técnico-productivista: as culturas artesanais (animais e vegetais), a multiplicação de trabalhos fora das comunas rurais, os espaços turísticos e lúdicos (camponeses transformando-se em guias turísticos!).

O próprio sentido do *rural* escapa progressivamente do seio dos agricultores, condicionando a *identidade rural* como tributária do olhar e modos de vida e de pensar dos que ali percorrem ou usam o espaço (*Rugai Bastos*, 1996), espaço este forjado no curso das gerações, difícil hoje de ser nutrido.

Analistas sociais do meio rural, um pouco saudosistas, não cansam de enfatizar que o campesinato francês construiu um *habitus* cultural que parecia invariável e intangível; no entanto, o que parecia intocável, tal como a religião, a moral, determinados consensos sociais locais, é abalado por um rolo compressor da cultura mediatizada e uniformizadora da sociedade, que vende uma imagem globalizadora.

Acreditamos que muitas análises pecam pelo excesso de generalização e outras pela idéia fatalista e finalista do passado. Alguns afirmam até que se trata hoje, em primeiro lugar, de duas culturas diferentes: uma local e moribunda, outra conquistadora, uniformizadora, esboçando um mundo rural desconectado de seu meio e dos valores camponeses antigos (*Béteille*, 1994).

3.3 Estratégias internas

Sabemos que a técnica induz a modificações no mundo rural, aparentemente silenciosas. Claro que a não-utilização espontânea ou induzida do solo, pervertendo uma função lógica da terra que é produzir traz problemas, porém implica reconhecer outros movimentos dessa trajetória, inventivos, adaptativos e até indutores de transformações em níveis externos. O trabalho externo de mulheres, de jovens, a saída de filhos das unidades familiares, a adoção de determinadas formas de contato econômico, seja via turismo, seja cultivando árvores para o Natal, ou produzindo coelhos e patos para vender nos grandes supermercados como produtos da fazenda (*ferme*), devem ser vistos também como estratégias internas de redefinição da família, de mudanças no seio familiar para preservar a família, o patrimônio, etc.

Enquanto a tecnologia afasta, seleciona e insere, produtos artesanais encontram espaços e dinâmicas no desenvolvimento local. Acreditamos que o problema

é também de análise, ou seja, como encontrar referenciais que contemplem situações de mudança, de encontro e de coexistência espaço-temporal de modelos, se não excludentes, diferentes? Muitas vezes, tanto o ufanismo funcionalista quanto o romântico involucionado perdem a perspectiva da ambigüidade, dos processos que se desenrolam ao longo do tempo e que se diferenciam em situações e regiões.

É evidente, no entanto, que se podem perceber rumos indicadores de transformações e também as suas conseqüências sobre o meio social. Na agricultura francesa, segundo análises recentes, formas antigas de organização da sociedade local estão em vias de desaparecimento (*Béteille*, 1994). Redução da natalidade, aumento do celibato masculino, aumento da mobilidade socioespacial, preponderância de mulheres idosas, presença maior de homens velhos dirigindo as unidades de produção (ausência de camadas intermediárias), degradação permanente de empregos microlocais (ferreiro, sapateiro, mecânico, construtor...), a busca de trabalho fora, agricultura de tempo parcial, devem ser vistos inseridos num processo amplo em que fatores externos e internos se fazem presentes.

O direito de acesso à educação, a redefinição do papel da mulher, a valorização do indivíduo, os encontros culturais, pluralismo religioso, *fusionado às demandas da técnica e do mercado* e da comunicação, criam uma *ruralidade ampliada*, ou seja, não homogênea, diversa, mais do que acabada ou heterogênea (*Rugai Bastos*, 1996).

No caso francês em questão, está aparecendo a categoria de não-ativo em idade ativa (diferente de desempregado), fruto de uma dinâmica interna, mas também de fenômenos socioeconômico gerais. A presença dessa categoria demonstra o estágio profundo de redefinição que atingiu o espaço rural, pois problematiza uma tradição da mentalidade rural, a qual tem no trabalho um valor fundador das realidades cotidianas.

Análises, contudo, apontam que em torno de quinhentos mil explorações aderem ao credo produtivista e ao progresso técnico. Formam, no entanto, um grupo heterogêneo entre si; sentem-se fragilizados pelos *ataques* do mercado e pela retirada sistemática do financiamento público, o que, sem dúvida, testemunha uma profunda crise da agricultura familiar modernizada.

Esses agricultores estão, na sua grande maioria, vinculados às agroindústrias, obedecendo a uma lógica industrial, porém adaptam-se em função do grau de segurança que o processo expressa, o que requer certa astúcia e adaptação; são os mais ameaçados pelo modelo do atual contexto socioeconômico-político, pois o esforço e os recursos exigidos os colocam em exposição freqüente aos parâmetros de mercado. Os agricultores têm dificuldades para diversificar, para produzir artesanalmente, para ser pluriativos, devido, justamente, à infra-estrutura técnico-

mecânico e agrônômica montada até então e à tendência desenvolvida pela agricultura individual.

Pode-se falar hoje que o rural é sinônimo de *atrasado*, e que no espaço rural a modernidade não conduziu a uma emancipação da natureza? O agricultor se profissionalizou? A agricultura está ainda submissa às promessas e à eternidade dos ciclos naturais?

Grande parte da agricultura francesa é considerada moderna ou em vias de modernização. A estrutura fundiária, em média 40/50 ha (pequena para o caso brasileiro), propicia-lhe munir-se do acervo técnico-econômico-agronômico necessário à capitalização do setor.

Desde o pós-guerra, com o processo de tecnificação do meio rural, exigiu-se um perfil de produtor moderno, manifesto no domínio da técnica em uso, no cálculo sobre a atividade, na formação agrônômica, na contabilidade, no conhecimento dos custos de produção e nos índices de produtividade (hoje, o computador, presente em muitas unidades de produção, faz isso), no domínio do conhecimento da ordem natural das coisas da natureza, dos movimentos de mercado, de preços, estoques, etc., enfim, um agente de maximização de fatores da modernidade (Tracy, 1986).

A introdução do cálculo está em consonância com a artificialização da agricultura. O cálculo tornou-se necessário em função da substituição de automatismos naturais aos procedimentos refletidos e artificiais (como é o caso dos implantes embrionários presentes em algumas das unidades que visitamos). A ordem natural das coisas cede lugar à intervenção humana, que também pensa em função das normas ecológicas e do ecossistema.

As constantes tomadas de decisões sobre o capital a investir, sobre as técnicas a adotar, sementes a plantar, expressam a racionalidade e a ligação profunda entre *técnica e sociedade* presentes no espaço agrário. A evolução das técnicas na agricultura (principalmente as mais modernas: biotecnologia, biogenética, informática, transgenética, engenharia de vegetais...) revela a mobilização das forças sociais objetivadoras de fins produtivos e de reordenamento social. Os camponeses talvez sejam os que mais vivenciam brutalmente os contrapontos e os paradoxos advindos da modernidade (Barthez, 1982).

A evolução das técnicas, a atenção para com a qualidade dos produtos, as vendas diretas, as associações entre produtores, a oferta de produtos agrícolas locais fazem com que *cultura e história* constituam também estratégias complementares à própria produção de massa.

Os novos saberes, resultados da ciência moderna, propiciaram a emancipação do homem sobre a natureza; a biosfera cedeu lugar aos avanços da tecnosfera. Será, no entanto, que a promessa de emancipação do homem em relação à natu-

reza se fez mesmo sentir? Em primeiro lugar, não há dúvidas de que a ciência e a técnica revolucionaram, no seio do corpo social, a *civilização camponesa*, artificializaram a natureza, fazendo as coisas não aparecerem como dons da natureza e, sim, como efeitos do controle de processos biotécnicos.

Será, porém, que a interferência da natureza *sobre* os agricultores acabou? Aumentou o tempo do lazer? O trabalho tornou-se mais simples, menos exigente? Estudos sobre a agricultura francesa parecem demonstrar que a penalidade do trabalho não acabou; as transformações exigem conhecimentos cada vez mais aprimorados sobre solos, água, lactação, meio ambiente em geral, mercado (este parece se emancipar de toda e qualquer forma de controle social), o que demonstra que o espaço agrário tornou-se mais complexo. As forças externas de transformação impõem formas de trabalho e de produção talvez mais violentas que as da gênese do capitalismo.

O desemprego no meio rural, o abandono das terras, a falta de herdeiros, o rural-agrícola sendo tomado pelo rural-turismo, a profissionalização do ofício de agricultor (sob a determinação do conhecimento técnico), entre outras já citadas, demonstram o choque engendrado pela disjunção entre sociedade e produção, espaço de uma estranha lógica entre técnica e natureza que tenta se generalizar.

O rural apresenta uma abertura muito grande aos aspectos socioeconômicos da modernidade, porém esse mesmo espaço otimiza práticas culturais muito antigas, empíricas, solidárias da ação e da existência histórico-cotidiana. Os grandes centros comerciais urbanos de Paris evidenciam isso. Os queijos, os vinhos, as galinhas, os patos, os coelhos, as inúmeras variedades de conservas, eminentemente artesanais, refletem um conhecimento não menos real e fundamental de forma de vida e de ação *sobre* a natureza, na qual os processos complicados da técnica moderna pouco atuam. São elementos que requerem saberes especializados, sem dúvida, porém que tomam corpo com a totalidade da existência do camponês, mesmo servindo de referência mercantil e de mediação da linguagem numérico-econômica.

Em síntese, é complicado tematizar unicamente sob o lado da fatalidade técnica e da destruição da tradição pelos valores da modernidade, pela linguagem da mediatização (não imediata) exterior à vida cotidiana e ao mundo vivido. A própria questão do cálculo racional (valor máximo das ações modernas) no seio camponês vai além do uso contábil dos números e tem como referência a família.

3.4 A Mulher: meio-camponesa, meio-operária

O baixo rendimento da produção agrícola, o uso intensivo de técnicas, a tendência à agricultura individual⁸ obrigam indivíduos do espaço agrário a buscarem outras alternativas normalmente fora da sociedade local, ou informalmente. Em 1970, 1,7 milhão de mulheres viviam na exploração familiar, das quais 230 mil ocupavam um emprego fora de casa. Em 1980, o efetivo total de mulheres ativas residentes nas explorações agrícolas baixou em 30%; em 1995, em torno de 35% das mulheres esposas exerciam atividades não agrícolas (Rattin, 1996).

Muitas vezes, o subemprego ligado ao turismo, ao artesanato, a cuidar casas e piscinas de moradores citadinos nos *villages*, o trabalho urbano e o retorno para casa no final do dia são expressões de formas que a sociedade local encontra para se recompor economicamente. Esse reordenamento de forças no seio da unidade familiar manifesta o problema da redefinição da função do rural, ao mesmo tempo que tematiza o papel da sociedade local, da comunidade, mesmo que fragmentada e tensa (suas manifestações de conservação e de reorganização interna), frente ao impacto da globalização e da dissolução das fronteiras urbano-rurais (Rugai Bastos, 1996).

Não há dúvidas de que o encontro de trabalhadores urbanos com os rurais na mesma unidade de convívio (família) e no mesmo espaço de sociabilidade (as *villages*) resulta num todo heterogêneo, criando tensões em vários âmbitos.

A grande questão, no entanto, é mesmo no tocante ao espaço da mulher. Nesse espaço de mudanças analisado até então, o papel da mulher é profundamente afetado, seja ela trabalhadora rural ou não: ela passa a ser *objeto* e *sujeito* de mudanças. É bom, primeiramente, ter presente o avanço do papel da mulher na sociedade em geral, o papel do Direito, da organização sindical, da educação, dos meios de informação social na constituição de um novo estatuto social de gênero. Mesmo assim, no estatuto social da mulher camponesa, permanece, em grande parte, a designação de *ajuda familiar*. Há um só chefe na unidade de exploração, que, normalmente, é o homem; comumente, a mulher é vista como sem profissão e raramente, em termos socioprofissionais, é vista como trabalhadora rural (Barthez, 1982). O título de propriedade poderá lhe dar o estatuto de agricultora, mas a idéia de que é *sustentada* pelo marido ainda é lugar-comum nas análises recentes. Muitas vezes, os critérios de herança não a tornam contemplada no estatuto social, pois há uma incorporação de seu patrimônio ao do marido. Em algumas situações, por mais paradoxal que seja, com o casamento, há o reconhecimento da mulher como participante da gestão dos bens, mas, na maioria dos casos, por constituir

⁸ Acreditamos que há um certo exagero teórico na interpretação da chamada *agricultura individual*, pois, além de ser genérica demais, menospreza o trabalho de outros membros da família, principalmente da mulher.

uma família, como esposa, é descartada do estatuto familiar enquanto expressão econômica. Ainda que o Código Civil contemple o direito entre sexos, a gestão única permanece (Rugai Bastos, 1996).

Mesmo com certa decadência e passando por profundas rupturas, pode-se, no entanto, ainda dizer que a atividade agrícola como um todo é fundada sobre o patrimônio da família como organização familiar, que as tarefas se dão em função da família. O assalariado fora do rural também participa da família, porém como um membro distanciado; as modalidades e o montante de sua remuneração indicam a assimilação de seu trabalho ao conjunto familiar. O próprio trabalho em geral é submetido ao desenvolvimento da família e a suas regras. Evitar o parcelamento do patrimônio na distribuição da herança também pode ser visto como expressão de salvaguarda da família.

Mais recentemente, com a retirada dos subsídios, com a redefinição das políticas públicas para o setor, com o gerenciamento das unidades de produção por alguns jovens, há uma certa mudança no sentido de família como unidade de produção, a qual ganha uma definição mais profissional. Os jovens agricultores que se instalam sobre o patrimônio familiar buscam construir a utilidade da produção a partir de referenciais exteriores à família e à sua história, não mais como um elemento herdado, mas, sim, produzido.

As lutas políticas das mulheres na França para conseguirem uma identidade profissional como trabalhadoras rurais vêm de longa data (ver Barthez, 1982); inúmeras leis e disposições constitucionais foram implementadas no sentido de dar condições de igualdade às mulheres em relação aos homens. Porém, é importante perceber a moral familiar que se constituiu socialmente, na qual a *unidade* é preponderante frente às diferentes partes constituintes, em que relações de trabalho e relações familiares estão imbricadas.

Não é possível analisar os conflitos de trabalho, de divisão de trabalho e de família separadamente. Em algumas situações, o estatuto de agricultora co-exploradora não corresponde a um reconhecimento profissional na medida em que isso implicaria, para as mulheres, a aquisição de um rendimento separado. O problema é bem mais amplo: é de ordem também cultural, pois as relações culturais acompanham o processo.

A *opção* de trabalhar fora por parte da mulher, como o evidenciado em praticamente todas as regiões da França, é produto de redefinições e mutações econômicas, políticas e socioculturais, o que, sem dúvida, vai promovendo uma *silenciosa* (Rugai Bastos, 1996), mas constante mudança na identidade de gênero e no conjunto de seus papéis sociais.

É importante ver essa situação do *part-time farming* (agricultura de tempo parcial) não unicamente identificada como precariedade técnica ou atraso econô-

mico (como alguns fazem no Brasil), mas como estratégia de reprodução social. Manter a célula de agricultor é algo importante na cultura camponesa.

Por mais que hoje boa parte da agricultura francesa seja *tocada* por jovens-profissionais⁹, seja uma agricultura de “responsabilidade pessoal” (Servolin, 1989), que valores urbanos modernos convivam com os tradicionalmente rurais, pensar na família num *ethos tipificado no rural* não é algo totalmente *fora de lugar*. O trabalho fora, ou a agricultura de tempo parcial, alarga o círculo social em que, muitas vezes, a família se fecha.

As mulheres profissionalizadas fora da exploração familiar rural cimentam sua capacidade de produção no mundo do trabalho; sua ausência na exploração agrícola é uma ausência de *identidade social de trabalhadora rural*, não familiar. O trabalho fora também é expressão das transformações em curso na agricultura; é também a denúncia da subordinação da mulher no seio familiar e da questão do sexo como critério de divisão hierárquica entre produção e reprodução, empresa e família, trabalho e não-trabalho, aspectos esses reveladores de uma profunda complexidade na compreensão dos nexos sociais, econômicos e culturais presentes hoje nesse espaço (Barthez, 1982).

Duplicidades de situações se mantêm, o tradicional (a família) convive ao lado das novas estratégias de inserção social. Trabalhar fora descaracteriza o sentido de família? A remuneração específica da mulher (esposa), pelo seu trabalho externo, a torna mais independente? O retorno da mulher no final do dia é um retorno à casa ou à família? Não há dúvidas de que há uma reestruturação das atividades da família a partir do trabalho externo da mulher. A divisão do tempo de trabalho e do não-trabalho, a redivisão social do trabalho fazem o trabalho feminino perder seu caráter exclusivamente ligado ao casamento, transformando a hierarquia entre sexos e expressando, com isso, um horizonte em mutação.

4 ALGUMAS PERSPECTIVAS EM CURSO

A agricultura da França, como outros setores, é caracterizada por importantes inovações nos processos e nas formas de produzir. O desenvolvimento de novas tecnologias, ao que tudo indica, busca reforçar a estandarização, principalmente em direção a um grupo de agricultores mais bem aparelhados, dispendo de meios que precisem a qualidade dos produtos, sua composição, sua origem e, ao mesmo tempo, seu custo barateado. Para isso, o uso da ressonância magnética nuclear, das sondas moleculares, da mecanização de certas tarefas via robotização,

⁹ Em 1980, 65% dos agricultores franceses eram diplomados do ensino superior, grande parte na área técnico-agronômica (Rattin, 1996).

a multiplicação vegetativa *in vitro*, o desenvolvimento de plantas excepcionalmente resistentes a certas doenças (plantas e animais transgênicos pela introdução de genes estrangeiros a sua espécie) demonstram uma tendência maior do domínio técnico sobre o espaço rural.

As inovações de produtos e de processos, principalmente no ramo agroalimentar (novas composições, apresentações, condicionamentos, embalagens, origem controlada, rótulos, agricultura biológica...), vêm ao encontro dos procedimentos e organizações reclamados por ecologistas, geneticistas e consumidores em geral (Sebillotte, 1996).

Outras inovações caminham no sentido da diversificação de práticas culturais, que também terão uma tendência de se desenvolver em função de razões ambientais, econômicas, culturais e técnicas, de informação e de regulamentações internacionais (no âmbito da PAC). Essas tendências, porém, vão no sentido de reforçar a convivência de um modelo estandarizado com outro também progressivo processo de produção, em direção a uma agricultura multifuncional, flexível, diversificada e criativa. Essa junção tem por objetivo produzir, *simultaneamente*, bens de massa padronizados a preços baixos. A dinâmica das relações padrão-diversificação-inovação parece revestir o espaço agrário em torno de discussões, projetos e políticas setoriais.

A política de congelamento de parte dos solos e as de redução de preços, por exemplo, ao mesmo tempo que objetivam dar mais eficiência e racionalidade ao setor, promovem a expulsão dos agricultores, rupturas de concepções culturais seculares, bem como dimensionam estratégias internas de mobilidades e diferenciações de atividades mais urbanas que agrícolas. Além disso, críticos do processo enfatizam o risco de um desequilíbrio econômico com outros setores da economia, o que promoveria um desajustamento estrutural interno e externo (Sebillotte, 1996), tão caro aos ajustamentos indispensáveis à agricultura da CEE. Isso sem falar nos montantes compensatórios, difíceis de se justificar sob a base da equidade, da produtividade, do aspecto ambiental e cultural.

Além do mais, com a retirada do Estado do controle organizacional (econômico, pesquisa...), a agricultura francesa ficou mais aberta aos interesses de grandes grupos, de sociedades de produtos químicos, relativamente centralizados, sem nenhum, ou com reduzido controle democrático e normativo. Esses grupos podem até estar na testa de implementações de culturas e estilos de produção inovadoras e diversificadas, porém ignoram, negligenciam ou apagam as diferenças regionais da agricultura e os interesses locais (Delord e Lacombe, 1996).

Percebemos que várias instituições ambientalistas estão profundamente preocupadas com a questão da segurança e da qualidade alimentar; reivindicam a participação do público no exame das orientações das inovações técnicas, preocu-

padas também com uma ciência que *una especialização com uma abertura ao social* (Sebillotte, 1996).

Acreditamos que a redefinição do modelo desenhado não estancará a tendência que tomou conta do mundo agrícola francês pós-década de 1980, ou seja, a diminuição do número de agricultores, a marginalidade de um bom número deles, a perda relativa de poder e de sua identidade, a ideologia liberal inspirando as trocas econômicas, a sensibilidade ecológica, o desemprego no meio rural, as disparidades regionais.

Ao contrário, muito provável é que o processo se intensifique num futuro próximo. O preço elevado das terras, a agroindustrialização de vários ramos da produção, a capitalização de espaços turísticos, a desconcentração urbana (em algumas regiões em direção temporária às *villages* - o campo como espaço-dormitório aos cidadãos), a ocupação fundiária tomando espaços da ocupação produtiva são tendências inegáveis, que revoltam grande parte de pequenos camponeses, os quais não vêem outra alternativa a não ser transformarem-se em *guardiães* ou *jardineiros* da natureza.

Grande parte dos camponeses se interroga sobre a viabilidade econômica de sua exploração¹⁰, sobre a reprodutibilidade de seu ofício (manifestações nesse sentido pipoqueiam nas várias regiões); têm consciência de que o papel do Estado no setor é indispensável (até porque a agricultura possui particularidades em relação a outros setores); sabem que seu futuro dependerá das dinâmicas de desenvolvimento regional e local, da evolução de sistemas de produção e de políticas públicas que levem em conta o plano internacional, nacional e local. O sistema de cotas de produção, a concorrência cada vez mais rude e a continuidade das reestruturações, a complexidade das interações entre o ambiente socioeconômico global, de um lado, e as dinâmicas locais, de outro, as medidas do GATT e da PAC desenharam um quadro de grandes incertezas num espaço que já é, por sua natureza, sensível e complexo.

Esse quadro em perspectiva coloca em questão a relatividade das novas funções da agricultura (na França, malgrado sua importância indireta, não gera mais que 4% do PIB); obriga a inscrevê-la num contexto mais profundo: aquele de um mundo que se modifica, que reduz recursos, que se rarifica, transformando os níveis e domínios de decisões, e que, cada vez mais, a faz governada por uma instância chamada *mercado*, fundamentada nos padrões de interação neoliberais.

¹⁰ Os maiores jornais da França (*Le Monde*, *Le Figaro*) dedicam espaços significativos (quase que diariamente) a análises da problemática do meio rural, até porque as constantes manifestações de agricultores o induzem. A tônica é de um setor em estado crítico (com renovações e inovações esporádicas e conjunturais), problematizador das normas e diretrizes da OCDE e da PAC, bem como dos níveis de intersectorização, isso sem falar na problemática questão social e cultural do legendário campesinato francês.

Enfim, algumas alternativas e tendências, concordando com *Delord e Lacombe* (1996), podem ser encaixadas em torno de três formas de inserção. A inserção nas *cadeias agroalimentares* apresenta-se como um elemento dinâmico na medida em que, não tendo o Estado como indutor de práticas produtivas, as agroindústrias impõem níveis de produtividade, formas modernas de progresso técnico, o que, de certa forma, por sua performance, selecionará e excluirá produtores. Uma segunda via seria uma maior vinculação ao *espaço local*. A diversificação e o dinamismo ligados à economia rural local, às formas pluriativas, à existência de empregos não-agrícolas próximos das explorações, a noções de qualidade, tradição, personalização, poderão se apresentar como espaços estratégicos de desenvolvimento econômico. Próxima de estratégia da economia local está a *economia do turismo rural*, esta mais recente, mais incerta e inovadora.

A ligação entre meio ambiente e produção de bens alimentares locais, mesmo carente de uma institucionalização mais geral, abre espaços para iniciativas individuais, o que evidencia a busca de soluções próprias frente a determinadas situações; obriga a dinamizar organizações coletivas, a reconsiderar relações com outras categorias sociais, etc.

No fundo, a dinâmica girará em torno da lógica da produção integrada aos ditames agroindustriais e à produção *independente*, esta explorando os mercados locais e os novos hábitos alimentares, bem como o turismo agrícola. O confronto e o dinamismo econômico vão se dar por esses dois canais. A retirada do Estado, enquanto agente financiador da produtividade, ao que parece, é ponto pacífico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BARTHEZ, A. *Família, travail et agriculture*. Paris: Edition Economica, 1982.
- BÉTEILLE, R. *La crise rurale: col. Que sais-je?* Paris: PUF, 1994.
- BONNY, S. La standartisation technologique en agriculture. *Economie Apliquée*, tomo XLVI, n. 1, Grignon, 1994, p. 75- 100.
- CHAPUIS, R. *Les ruraux français*. Paris: Masson, 1986.
- COURTET, C. et al. *Un point sur agriculture et société*. Paris: INRA, 1996.
- DELORD, B., LACOMBE, P. Les agriculteurs dans la société. KAISER, B. (org.) *Naissance de nouvelles campagnes*. Paris: Colin, 1996.
- KAISER, B. *La renaissance rurale*. Paris: A. Collin, 1989.

- MACKINNON, J. et al. Pluriactivity, structural change and farm household vulnerability. *Sociologia Ruralis*, Wisconsin, v. 30, n. 1, p. 59 - 71, 1991.
- RATTIN, S. *De la condition paysanne au métier d'agriculteur*. Agreste-Cahiers, Paris, n. 9, p. 3- 13, oct. 1996.
- RUGAI BASTOS, É. A integração européia e o problema da agricultura. *Idéias*, Campinas: Unicamp, v. 3, n. 1, p. 5 - 45, jan./jun. de 1996.
- SEBILLOTTE, M. *Les mondes de l'agriculture: une recherche pour demain*. Paris: INRA, 1996.
- SERVOLIN, C. *L'agriculture moderne*. Paris: Seuil, 1989.
- TRACY, M. *L'État et l'agriculture en Europe Occidentale: crises et réponse au cours d'un siècle*. Paris: Economica, 1986.

SYNOPSIS

THE RURAL SECTOR AND THE GLOBALIZATION: IMPRESSIONS ABOUT A FRENCH CASE

This text, searches for the reflection about the social-economics reorganization of the agriculture in France. The purpose is to register processes, politics, redefinitions, perspectives that involve the French agricultural sector, inserted in the European Economic Community (CEE) domination and, specifically, the position of the familiar agriculture in this process.

Key-words: productivity, CEE, neoliberalism, family.

SINOPSIS

EL ESPACIO RURAL Y LA GLOBALIZACIÓN : IMPRESIONES SOBRE EL CASO FRANCÉS

En el texto se reflexiona sobre la reorganización económica-social de la agricultura en Francia. Lo que se quiere es registrar, procesos, políticas, redefiniciones, perspectivas que envuelven el sector agrícola francés, inserido en el ámbito de la CEE y específicamente el lugar de la agricultura familiar en ese proceso.

Palabras claves: productivismo, CEE, neoliberalismo, familia.